

ARTIGO

Sobre a função do “signo natural” na lógica ockhamiana

On the function of the ‘natural sign’ in Ockham’s logic

Júlia Rodrigues Molinari

Graduanda do Curso de Filosofia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: A teoria dos signos presente na lógica de Guilherme de Ockham está inserida em suas considerações sobre o conhecimento. Uma parte de seu desenvolvimento consiste na defesa de que os termos mentais, os falados e os escritos podem corresponder à realidade na medida em que, dentro de uma proposição, *significam* algo existente. Entretanto, existe uma distinção entre o tipo de significação, quando ela diz respeito aos termos mentais, e quando diz respeito aos termos falados e escritos. Ambos não podem ser ditos signos das coisas da mesma maneira. A distinção consiste exatamente numa constatação epistemológica acerca da produção de tais termos: a linguagem mental é produzida naturalmente, enquanto que a linguagem falada e escrita é “instituída”, ou seja, convencional. É preciso, portanto, compreender de que maneira a “epistemologia” de Ockham oferece elementos para sustentar essa última afirmação.

Palavras-chave: Guilherme de Ockham; Termos Mentais; Signos Naturais; Suma de Lógica; Filosofia Medieval.

Abstract: The theory of signs present in William of Ockham’s logic is part of his considerations about the human knowledge. One part of its development consists in the defense that the mental, spoken and written terms can correspond to the reality when, inside a proposition, they signify something existent. However, there is a distinction between the kind of signification, when it comes to mental terms, and when it comes to the spoken and written terms. Both cannot be said signs of the things in the same way. The distinction consists exactly in an epistemological statement about the production of those terms: the mental language is produced naturally, while the spoken and written languages are conventions. Therefore, it is needed, to understand how Ockham’s “epistemology” can offer reasons to sustain this last statement.

Keywords: William of Ockham; Mental Terms; Natural Signs; Summa of Logic; Medieval Philosophy

Lógica e o que, anacronicamente, podemos chamar de “epistemologia” não podem ser separadas dentro da obra de Guilherme de Ockham. O primeiro livro de sua *Suma de Lógica*, dedicado à menor parte significativa da proposição, isto é, aos termos, não se limita à descrição gramatical e sintática, mas também busca apresentar qual o papel da linguagem em expressar e significar a realidade.¹ Significação é a questão fundamental em pauta nesse texto: pois os termos, sejam eles mentais, falados ou escritos, serão considerados por Ockham como *signos* das coisas que se apresentam na realidade.

O objetivo deste artigo é apresentar a relação entre a linguagem e a realidade na lógica de Ockham, e seu desdobramento no campo da epistemologia, partindo da questão: de que modo os termos significam coisas reais? A pergunta não é ingênua, pois sua resposta pressupõe uma teoria acerca do conhecimento humano, ou, mais precisamente, acerca de que tipo de conhecimento o homem é capaz de ter da realidade externa a sua mente.

Para formularmos a dificuldade inerente a esta questão, precisamos passar resumidamente por alguns pontos. De início, precisaremos lidar com uma das teses centrais dos textos da lógica de Ockham, que nos diz que o nosso conhecimento não tem uma correspondência imediata com a realidade, e que os termos apreendidos pelo intelecto não são *o mesmo* que as coisas que causaram sua apreensão. Essa posição fica clara logo no início do primeiro livro da *Suma de Lógica*, quando Ockham classifica e distingue três tipos de linguagem:

Cumpre, porém, saber que, segundo Boécio, no comentário a *De Interpretatione*, a oração é tríplice, a saber: escrita, proferida e concebida, tendo [a última] ser somente no intelecto, assim como é tríplice o termo, a saber: escrito, proferido e concebido. (OCKHAM, 1999, p. 119); (grifo nosso).

Há três tipos de orações, compostas por três tipos de termos. São, portanto, três linguagens, uma falada, uma escrita e uma mental. Os termos escritos e proferidos são os símbolos e os sons, que podem ser vistos e escutados, e que representam palavras de alguma língua. Os termos concebidos, ou então, termos mentais, são um certo tipo de linguagem que, como é afirmado nesta passagem, existe *somente* no intelecto.

Um pouco adiante, Ockham nos apresenta uma segunda distinção, a saber, que os termos falados e escritos são *convencionados*, que os termos mentais são *naturais*. Disto, decorrem algumas diferenças entre eles. Citamos:

Entre esses termos, porém, encontram-se algumas diferenças. A primeira delas é a de que o conceito, ou paixão da alma, significa naturalmente o que quer que signifique, enquanto o termo proferido ou escrito nada significa senão segundo instituição voluntária. Disso se segue outra diferença, a saber: a de que o termo proferido ou escrito pode mudar seu significado convencionalmente, mas o termo concebido não pode mudar o seu significado pela convenção de quem quer que seja. (OCKHAM, 1999, p. 120).

Conceito, ou paixão na alma, são nomes dados para os termos que compõem a linguagem mental. O que temos diante de nós é, portanto, uma teoria que divide a linguagem, por um lado, em termos que são convencionados e cuja significação pode mudar, desde que uma nova convenção de significado seja feita; por outro, em termos mentais que são naturais, cujos significados não podem mudar, e que existem somente na mente.

Diante desse tipo de afirmação, podemos levantar um primeiro questionamento sobre a validade do conhecimento da realidade, dado que as duas primeiras linguagens são arbitrárias (pois são convenções e poderiam ser de outro modo, como nos ensina a diversidade das línguas), e a terceira, ainda que natural, é algo *distinto* da própria

¹ Uma boa exposição das relações entre lógica e teoria do conhecimento na obra de Ockham pode ser encontrada em PANNACIO (2004).

realidade. Como pode, então, o conhecimento dizer respeito ao que é real, se ele é diferente da realidade ou estabelecido por um critério arbitrário? Nesses termos, nós podemos sequer conhecer algo de real?

Acerca dessas perguntas, podemos indicar, de antemão, que não há qualquer indício de ceticismo nos textos de Ockham. A relação entre os termos e a realidade será estabelecida a partir do conceito de *signo*, que deverá garantir a validade da significação dos termos e, por consequência, o valor de verdade de nosso conhecimento. Essa relação verdadeira será sustentada pela tese de que certos tipos de signos, os termos mentais, são capazes de significar *naturalmente* as coisas externas a nossa mente. A naturalidade dos termos mentais será o que garante a verdade das proposições compostas por esses signos. A função dos *signos naturais* é, portanto, a de garantir uma validade para nosso conhecimento.

Contudo, ainda que a definição dos termos mentais seja exposta no início da lógica, para chegarmos até o ponto em ela seja compreensível e que a teoria dos signos permita estabelecer uma relação segura do conhecimento com a realidade, precisaremos fazer um percurso por vários capítulos da lógica, passando por outras definições e, ao final, observando algumas passagens de outro texto, o prólogo da *Ordinatio* (o comentário de Ockham às *Sentenças* de Pedro Lombardo).

Começaremos por entender o que é um signo e como se dá a significação, para depois passarmos propriamente para a definição de termo mental, e por último apresentarmos alguns elementos da “teoria do conhecimento” de Ockham. A análise dos textos sobre a cognição humana se faz necessária para explicar por que os termos mentais são considerados signos naturais. Neste último ponto, indicaremos como a lógica está relacionada a uma “epistemologia”, relação que nos permitirá solucionar nossa dificuldade, estabelecendo um fundamento seguro para o conhecimento.

Começaremos então pela definição de signo, pois ela será uma noção necessária para todo o desenvolvimento de nosso raciocínio. Citamos:

[...] toma-se signo como aquilo que traz algo à cognição e é capaz de supor por isso ou de ser acrescentado na proposição a termos sincategoremáticos, a verbos e àquelas partes da oração que não tem significação determinada, ou que é capaz de ser composto de tais, como é o caso da oração. (OCKHAM, 1999, p. 120).

Podemos dividir essa definição em três partes para uma melhor compreensão. Primeiramente, signo é definido como algo que traz algo à cognição, ou seja, que nos faz ter a cognição de algo. A primeira coisa que deve ser esclarecida nessa parte é que o signo traz à cognição algo diverso dele mesmo. Por exemplo, podemos dizer que a fumaça é signo do fogo, pois, ainda que a fumaça não seja fogo, ela é sinal de que há fogo. Da mesma forma, podemos dizer que um grito é signo de dor e um riso é signo de felicidade, pois ambos de alguma maneira *significam* essas coisas, *ainda que sejam diversos delas*.

Esses exemplos que demos dizem respeito a certos signos naturais sensíveis, mas eles não exprimem por completo a definição proposta por Ockham na lógica. Pois além da característica de trazer algo à cognição, ele toma os signos como capazes de serem colocados em proposições, isto é, possuindo uma função dentro da *linguagem*. Assim, a fumaça por ela mesma não possui qualquer relação com a linguagem, ainda que signifique naturalmente o fogo. Mas os signos, como podemos ver na segunda parte da definição, serão considerados a partir de sua função de significar no âmbito da linguagem. Essa função deles é expressa no conceito de *supositio*: os signos são capazes de “supor” por aquilo que trazem à cognição. Explicaremos, mais adiante, a definição técnica e o papel da “suposição” dentro da lógica.

Mas antes, precisamos estabelecer a relação entre a noção de signos e a de termos, para entendermos como os signos possuem uma função na linguagem, assim como a última parte da definição que citamos. Segundo Ockham, os termos (sejam eles falados, escritos ou concebidos) são signos de coisas (signos no sentido mais preciso

que apresentamos, com sua função linguística). Entretanto, é importante indicar que “termo” é uma palavra usada com diversos significados na *Suma de Lógica*. Por exemplo, “termo” pode ser considerado a parte elementar da proposição, e nesse sentido todas as classes gramaticais que fazem parte de uma proposição poderiam ser chamadas de termo. Mas, para o que nos interessa nesse trabalho, tomaremos o segundo sentido de termo apresentado por Ockham. Citamos:

Com efeito, Aristóteles, nos *Primeiros Analíticos*, definindo o termo, diz: “Chamo termo aquilo em que a proposição se resolve, como o que é predicado e o de que é predicado, unido ou separado, pelo ser ou pelo não-ser” (OCKHAM, 1999, p. 118).

Ao citar Aristóteles, Ockham nos indica que os termos estão agora sendo tomados como os sujeitos (*do que é predicado*) e os predicados (*o que é predicado*) das proposições, unidos ou separados pelo verbo ser. Nesse sentido, termos são as menores partes significativas de uma proposição, excetuando os verbos². Em outras palavras, numa linguagem mais técnica, se tomarmos uma proposição do tipo S é P, S e P são os termos, e o verbo “ser” é chamado de cópula. O termo aqui é a menor parte significativa da proposição, já que os verbos não têm uma significação completamente determinada sem serem acompanhados por um sujeito e um predicado. “Termo”, nesse sentido, é a parte da proposição que é *signo* de algo.

Se voltarmos agora à definição de signo, podemos explicar sua última parte que havia ficado em aberto: os signos são capazes de serem acrescentados na proposição a termos sincategoremáticos, isto é, a verbos e a outras partes que não possuem uma significação determinada. Termos sincategoremáticos não se encaixam na definição mais estrita de “termos”, pois são palavras que não tem uma significação definida quando estão separados de outros termos ou de uma proposição. São palavras como “todo”, “nenhum”, “somente”, “exceto”, etc. (OCKHAM, 1999, p. 126). Signos, considerados como “termos” na definição que citamos, são capazes de ser unidos aos termos sincategoremáticos, aos verbos (cópulas), e a qualquer outra parte da proposição que não tenha uma significação completa. Tomados, isoladamente, esses termos são as únicas partes da proposição que possuem uma significação determinada e independente das outras partes.

Essa definição mais precisa dos termos faz referência a um modo de proposição, que será objeto da lógica: a proposição enunciativa, cuja forma acabamos de apresentar (S é P). A proposição enunciativa é aquela passível de ser verdadeira ou falsa, e por isso mesmo aquela que principalmente interessa ao estudo da lógica (que busca encontrar as condições para se estabelecer a verdade ou falsidade de uma proposição e de um raciocínio silogístico). É nesse sentido estrito, portanto, que os termos serão tomados durante o decorrer do primeiro livro da *Suma de Lógica*.

Para entendermos como a lógica avalia a verdade ou falsidade de uma proposição, precisamos agora explicar um conceito que já vimos brevemente, o da *suposição*. Ainda no primeiro volume da *Suma de Lógica*, a significação de um termo *dentro da proposição* é apresentada segundo uma certa forma: ser signo de algo na proposição é estar como que no lugar da coisa que se pretende significar. Essa posição que o termo ocupa, na linguagem de Ockham, é chamada de *suposição*: um termo supõe por algo numa proposição quando é signo ou significa esse algo³. Assim, se tomarmos como exemplo a proposição “Sócrates é filósofo”, os dois termos são colocados no lugar daquele sujeito chamado Sócrates, que é filósofo, a fim de significá-lo.

² Ainda que apenas o verbo ser apareça na definição, ela vale para qualquer proposição na forma sujeito + verbo + predicado. O verbo ser, entretanto, aparece na definição, pois segundo Aristóteles qualquer proposição composta por outro verbo pode ser reduzida ao modelo “S é P”. Por exemplo, na proposição “Sócrates corre”, a cópula está logicamente subentendida, como se disséssemos algo como “Sócrates é correndo”.

³ “Diz-se suposição uma – como que – posição por outro, de tal maneira que, quando um termo na proposição está por algo, [...] [então o termo] supõe por aquilo”. Ockham (1999), p. 314.

A suposição, entretanto, não precisa necessariamente significar uma coisa fora de nossa mente, mas pode também ser sobre um conteúdo de nossa imaginação como, por exemplo, na proposição “unicórnios são imaginários”, em que ambos os termos estão colocados no lugar de um conteúdo mental. Isso nos leva a concluir que um mesmo termo, em diferentes casos, pode supor por diferentes conteúdos, ou seja, significar coisas diferentes. Como nas proposições “homem é espécie”, “todo homem é mortal”, “homem é palavra”, o termo “homem” em cada uma delas supõe por algo diferente: na primeira, um conceito na mente (suposição dita “simples”), na segunda, os homens realmente existentes (suposição dita “pessoal”), e na terceira, um signo escrito (suposição dita “material”).

Podemos, com isso, apresentar uma importante distinção: suposição e significação não são sinônimos. A suposição é um tipo de significação, que diz respeito aos termos significando *dentro de uma proposição*. Os signos naturais sensíveis que vimos (a fumaça, o grito, etc) possuem uma *significação*, dado que são signos, mas não *supõem* por nada, pois são sensíveis; por outro lado, o termo escrito “fumaça” é um signo linguístico, que possui uma significação se tomado isoladamente, e que pode, também, supor por algo se colocado em uma proposição.⁴

Uma consequência disso é que os termos, dentro de uma proposição, podem supor por algo que não diz respeito ao seu “primeiro” significado. Por exemplo, o termo “homem”, tomado isoladamente, é, aqui, uma palavra escrita que foi primeiramente convencionada para ser signo de certas criaturas realmente existentes, mas que numa proposição pode também significar um termo mental (conceito) ou a própria palavra.

Se temos três tipos básicos de suposição (e muitas subdivisões em cada um deles), o que permitirá avaliar a verdade ou falsidade de uma proposição é a conformidade dos termos com uma mesma suposição, e a correspondência dessa significação com o que ela significa. O primeiro critério nos diz que para uma proposição ser verdadeira, ambos os termos (sujeito e predicado) precisam estar no mesmo tipo de suposição, supondo pela mesma coisa. Nesse caso, ambos pretendem significar aquilo pelo qual supõem, o que nos leva ao segundo critério: a conformidade daquilo que é significado com os termos que o significam.⁵ Assim, se dissermos “Sócrates é homem”, ambos os termos supõem por um mesmo sujeito real e existente e, não obstante, para essa proposição ser verdadeira, eles precisam supor por um sujeito que *realmente* (isto é, que como uma coisa individual, “absoluta”) seja homem.

Esses dois critérios de verdade valem para qualquer um dos tipos de suposição, mas, para o que queremos mostrar aqui, tomaremos principalmente a suposição pessoal, isto é, aquela em que os termos supõem pelo seu “primeiro” significado. E neste ponto, retomaremos a tese dos três tipos de linguagem: há dois modos possíveis para surgir esse significado dos termos, um convencionado (termos falados e escritos) e outro natural (termos mentais).

Ockham defende a teoria de que os termos falados e escritos são, primeiramente, convencionados para significar coisas singulares e existentes, que nós apreendemos⁶, e, secundariamente, para expressar também os termos mentais. Pois, segundo ele,

⁴ “A significação é uma propriedade do termo tomado isoladamente [...]. Ser significativo é uma propriedade pré-proposicional do termo. A suposição é uma propriedade proposicional do termo”. SANTOS (1996), p. 195.

⁵ “*Verum e falsum* predicados de uma proposição significam ou expressam a correspondência entre a proposição como *signum* e o fato como *significatum*. Se, portanto, a proposição significa o estado da coisa ou a coisa como ela é, a proposição é verdadeira; se significa ela de um modo que ela não é, a proposição é falsa”. BOEHNER (1958), p. 200.

⁶ Essa tese não era consenso no período de nosso autor. Argumentos eram dados também para uma teoria segundo a qual os termos falados e escritos eram primeiramente convencionados para significar os termos mentais, e só posteriormente, de modo indireto, significavam as coisas singulares. Um dos principais defensores dessa posição foi Tomas de Aquino, autor que Ockham critica em sua *Suma de Lógica*. É possível encontrar a teoria de Tomas sobre os signos na *Suma de Teologia*, Questão 85, e também em seu *Comentário ao De Interpretatione*. Uma boa exposição sobre o tema pode ser lida no artigo de NASCIMENTO (1996).

primeiro o homem vê algo novo, então dá um nome àquilo e, posteriormente, usa esse nome também para significar o conceito daquela coisa, que ficou guardado em sua mente.

Agora, se retomarmos aquela afirmação de que os termos falados e escritos, enquanto convencionados, podem mudar de significado, constatamos um problema: eles podem significar algo externo a nós, mas apenas enquanto houver consenso entre aqueles que se comunicam de que esse é o seu significado. A relação entre esses termos falados e a realidade é muito fraca exatamente, porque, por convenção, um mesmo termo pode mudar de significado e deixar de significar por aquilo que inicialmente ele tinha sido convencionado para significar. Numa proposição, a verdade só é garantida enquanto não houver uma nova convenção e uma mudança da significação desses termos. Além disso, o próprio Ockham ressalta um perigo da linguagem convencionada, pois uma mesma palavra pode ter vários significados, o que leva a diversos mal-entendidos na comunicação e, inclusive, em textos supostamente científicos, que não tratam a definição de seus termos com o rigor necessário.

Os termos mentais, por outro lado, têm seu primeiro significado dado por um processo apreensivo natural, de causa e efeito. Eles são, portanto, produzidos de maneira totalmente diferente das palavras faladas e escritas, e é aqui que entramos propriamente na teoria do conhecimento de Ockham. O termo mental, ou conceito, surge a partir de uma apreensão que ocorre naturalmente quando entramos em contato com algo, *sem que haja qualquer ação da vontade para que isso ocorra*. Isso significa que há uma causalidade operando em nossa apreensão, de modo que os conteúdos de nossa mente surgem como signos naturais daquilo que percebemos. Esse processo apreensivo é descrito por Ockham no prólogo a seu *Comentário às Sentenças*, onde a questão do conhecimento humano está sendo examinada. Lá, ele descreve que a apreensão de um termo mental é dada a partir de dois atos distintos do intelecto: a intuição e a abstração⁷.

A intuição é um primeiro ato apreensivo, normalmente relacionado com a percepção sensível⁸, e é ela que nos permite ter o conhecimento dos singulares (isto é, daquelas coisas existentes fora de nossa mente). Sua definição aponta para o tipo de conhecimento que ela produz: a apreensão intuitiva é aquela que permite conhecer com evidência se uma coisa *existe ou não existe*, e, posteriormente, também as verdades contingentes referentes a ela. Para que esse conhecimento seja de fato obtido, Ockham indica que algumas condições são necessárias: por exemplo, no caso de uma intuição sensível, é preciso que a coisa intuída esteja próxima o suficiente para que sua apreensão seja perfeita e permita a formulação de um juízo sobre sua existência.

Esse processo ocorre do seguinte modo: primeiramente, são dados dois elementos, (1) nosso intelecto, que tem a potência para apreender intuitivamente algo, e (2) uma coisa que tem a potência de causar uma apreensão. Se for uma coisa sensível e ela estiver próxima o suficiente, sem que haja qualquer empecilho para sua apreensão pelos nossos sentidos, então ela irá causar uma *notícia intuitiva*, que produzirá uma *marca* no intelecto. Ockham afirma que essa marca é signo da coisa apreendida, pois foi causada por ela. A concepção de signo aqui é muito similar com aquela da fumaça e do fogo (segundo a qual a fumaça é signo natural do fogo, pois é o que a *causa*), entretanto, deve-se notar uma diferença importante: a fumaça é ela mesma algo sensível, enquanto que a marca produzida pela intuição é uma *intelecção*, um ato mental.

⁷ Veja-se, por exemplo, a coletânea organizada por Piché: Guillaume d’Ockham, *Intuition et abstraction* (2005).

⁸ Há exceções: a intuição pode dizer respeito a conteúdos intelectuais que não possuem uma contraparte sensível ou, até mesmo, de coisas inexistentes. Essas duas possibilidades são apresentadas também no prólogo ao *Comentário às Sentenças*. Entretanto, como se tratam de casos excepcionais que não servem ao nosso objetivo, não serão abordados aqui.

A produção da intelecção intuitiva é descrita como natural, pois não há, como já indicamos, qualquer intervenção da vontade neste processo. Assim, se estão dadas as condições para a apreensão, imediatamente intui-se a coisa diante de nós e surge na mente uma intelecção referente a ela. Por isso mesmo, tal apreensão é descrita a partir da linguagem da *causalidade natural*: ela ocorre de maneira homogênea e imediata, desde que, de um lado, haja a potência do intelecto de apreender, e de outro, a potência da coisa de causar a apreensão.

Vamos retomar o que explicaremos a partir de um exemplo. Seja que, diante de nós, há um cavalo. Nosso intelecto tem a capacidade de apreendê-lo, e não há qualquer obstrução da nossa visão nem de outro sentido. Nesse caso, vamos apreender o cavalo, e se formará uma intelecção em nossa mente *deste cavalo singular diante de nós*. Agora, se uma notícia intuitiva é produzida perfeitamente, a sua intelecção pode ser usada como signo em uma proposição e, neste caso, como vimos na sua definição, ela levará a um *juízo evidente* sobre a existência desse cavalo singular.

O juízo evidente é, por sua vez, uma afirmação verdadeira acerca dessa coisa que intuímos. A evidência é também causada naturalmente pelos termos apreendidos intuitivamente, quando eles são colocados numa proposição. Assim, se formularmos, a partir da intelecção deste cavalo singular, a proposição “este cavalo existe”, nosso intelecto será levado a dar assentimento a ela, pois é verdadeira. Do mesmo modo, com esta intelecção intuitiva, podemos conhecer verdadeiramente também proposições como “este cavalo é branco”, “este cavalo é grande”, ou qualquer outro predicado contingente que corresponda de fato ao cavalo real.

Este é o primeiro modo pelo qual um termo mental é signo natural de algo externo a nós, e *pode* corresponder a esse algo. A ideia de um conhecimento intuitivo evidente, dado que é natural, nos permite estabelecer uma primeira relação verdadeira entre nosso conhecimento e a realidade. A evidência é garantida pelo fato de que os termos são capazes de causar um juízo verdadeiro, exatamente porque eles são signos naturais das coisas que eles significam.

Mas se a intuição nos permite apenas um conhecimento acerca dos *singulares*, ela parece não abranger aquelas proposições científicas que possuem uma significação universal (como por exemplo, “todo homem é mortal”, na qual os termos não parecem fazer referência a nenhum homem singular determinado). Entretanto, esse é um falso problema, como veremos a seguir. Para esclarecer, agora, como as proposições universais se referem a alguma realidade, precisaremos primeiro explicar qual o segundo modo de apreensão intelectual, a abstração.

A abstração é um segundo ato intelectual, distinto da intuição, e é definida como um conhecimento que não nos permite formular um juízo verdadeiro acerca da existência ou não existência de algo, nem sobre qualquer verdade contingente. A definição é, portanto, simetricamente oposta à da intuição. Quando o ato abstrativo apreende algo, separa o que é apreendido seja da existência seja da não existência, e por consequência da contingência, produzindo o que Ockham chama de *conceito*. Essa operação é, assim como a intuição, um ato involuntário do intelecto, que ocorre naturalmente.

O conceito é uma intelecção produzida pelo ato abstrativo, que não se refere diretamente a nenhum singular, exatamente porque a existência ou não existência foram abstraídas (note-se que, ao contrário do que ocorre em outros autores escolásticos, a abstração não é da matéria, mas da existência). O que resta, após essa abstração, é um termo mental que possui a *capacidade* de *significar* universalmente. Significar universalmente, para Ockham, é a capacidade de *supor por muitos*. Assim, o conceito de “homem”, tomado sem referir-se a nenhum homem singular determinado, tem a capacidade de, dentro de uma proposição, significar *todos* os homens singulares existentes e, por isso, é chamado de “universal”.

A capacidade do conceito “homem” de significar universalmente é consequência do fato de que ele é um conceito abstraído de uma primeira intuição de um homem singular. Isso ocorre por um processo natural, no qual a intuição causa um ato abstrativo correspondente a ela. Citamos:

De acordo com Ockham, tais cognições [intuitivas] causam cognições abstrativas correspondentes, isto é, que dizem respeito a exatamente os mesmos itens apreendidos intuitivamente (GUERIZOLI, 2013, p.185).

Guerizoli destaca que a abstração corresponde as mesmas coisas apreendidas pela intuição. Mas, como vimos, essa referência abstrai a existência daquele singular determinado, e é exatamente por isso que o termo abstraído, que corresponde ao mesmo tipo de item apreendido intuitivamente, é capaz de supor por outras coisas singulares que causariam o mesmo tipo de intuição.

No caso de nosso exemplo, um homem singular foi apreendido, e dessa apreensão foi abstraída a sua existência singular para formar o conceito. É esse processo que leva o conceito de “homem”, por sua origem, a poder significar vários homens singulares, já que cada apreensão desses singulares também levaria a uma abstração que produziria o conceito de “homem”. Por isso, se tomamos a proposição “todo homem é mortal”, “homem” é um termo que significa universalmente todos os homens singulares, e por isso mesmo é classificado como uma *suposição pessoal*, aquela suposição que supõe pelo “primeiro” significado do termo.

Entretanto, a universalidade só é dada por meio da significação, visto que os conceitos são eles mesmos atos singulares de intelecção na mente. É um ponto importante da lógica de Ockham que os “universais” são conceitos singulares existentes somente no intelecto, ou seja, eles não são apreensões de uma qualquer “natureza” universal existente nas coisas apreendidas. Mas, como vimos, esses conceitos podem significar universalmente, pois, dado o funcionamento do ato apreensivo, eles são produzidos na mente como signos capazes de supor por muitos. A validade desse conhecimento universal se sustenta, novamente, no fato de que todos os atos apreensivos do intelecto são produzidos naturalmente a partir de uma relação causal, sem qualquer intervenção da vontade. E é precisamente a passagem da intuição para a abstração que permite o estabelecimento de uma relação entre o conhecimento universal e a realidade, na medida em que os universais são primeiramente apreensões de singulares, cuja existência é depois, no intelecto, abstraída.

Nós explicamos, ainda, que a apreensão intuitiva nos permitia um conhecimento *evidente* acerca da existência ou não existência. Mas abstração não é capaz desse tipo de juízo. Ela nos permite, entretanto, outros tipos de conhecimentos evidentes, que não se referem a nenhuma verdade contingente (e por isso mesmo são universais). Isso porque, como dissemos anteriormente, a evidência é uma qualidade de um conhecimento verdadeiro, produzida por termos que, dentro da proposição, têm a capacidade de causar um conhecimento evidente. Os termos de uma apreensão abstrativa não são capazes de causar um conhecimento evidente sobre a existência ou não existência, mas são capazes de causar outros tipos de juízos evidentes. A evidência, novamente, também é sustentada pela naturalidade de nosso conhecimento intelectual.

Disto tudo, podemos tirar algumas conclusões para solucionar nosso problema inicial. A primeira coisa a se notar é que, nos textos de Ockham, o conhecimento verdadeiro é descrito como um conhecimento proposicional, e a verdade se funda numa relação de significação dos termos da proposição com aquilo que eles pretendem significar. Nas linguagens faladas e escritas, essa relação é fraca, pois se sustenta numa arbitrariedade, já que o significado dos termos é convencionalizado. Na linguagem mental, por outro lado, essa significação é descrita por Ockham como natural e, por isso mesmo, mais forte do que uma convenção.

Se a significação dos termos mentais é natural, ela é resultado de um processo apreensivo, tese que é indicada na *Suma de Lógica* e descrita mais detalhadamente em outros textos. Os atos apreensivos ocorrem a partir de uma relação de causa e efeito, e é esta que garante a naturalidade da relação entre o conhecimento intelectual e as coisas externas à mente. Dito isto, a função do signo natural na lógica de Ockham é, portanto, permitir uma relação segura do conhecimento intelectual com a realidade. Ainda, como consequência de sua naturalidade, esses signos podem também garantir a possibilidade de um conhecimento universal, necessário para o desenvolvimento das ciências. Esse conhecimento universal, no entanto, como vimos, só pode ser dito universal pela sua *significação*, e não por haver a apreensão de algo universal existente na própria natureza externa à mente.

É a teoria dos signos que permite uma nova concepção de ciência, nos textos de Ockham, como um conjunto de termos, proposições e raciocínios que supõem por certas realidades, e não mais propriamente o conhecimento *da realidade*. Todo o conhecimento científico se fundamenta na teoria dos signos enquanto capazes de significar certas realidades, por serem signos naturais. Já os termos falados e escritos, que também compõem o conhecimento científico (na medida em que as ciências são transmitidas por essas linguagens), podem ter sua garantia de verdade ou falsidade na medida em que eles supõem pelos conceitos da mente, ainda que seu significado precise sempre ser anteriormente esclarecido, para evitar ambiguidades. De fato, esse é o método usado por Ockham em grande parte de suas exposições: inicia-se com uma questão, e o primeiro passo para solucioná-la é esclarecer qual o significado de cada um dos termos que a compõem. Assim, também a validade das linguagens convencionadas pode ser garantida, mas pressupõe um exercício exaustivo de definição e explicitação de significados.

Podemos indicar, por fim, qual a vantagem de se distinguir esses dois tipos de linguagem. Supondo uma tese puramente nominalista, em que a linguagem é arbitrária, a sua relação com a realidade seria muito fraca, ou até mesmo insustentável. Mas, ao assumir que os termos mentais podem supor pela realidade como signos naturais, isso nos dá duas vantagens: (1) aquilo que é natural não é arbitrário, mas sempre determinado do mesmo modo; e (2) aquilo que é natural segue uma relação de causa e efeito, de modo que, mesmo que os termos mentais sejam *distintos* da realidade, pois são signos, a sua relação com ela pode ser sustentada a partir dessa ideia de causalidade. Isso é necessário, por exemplo, quando se pretende que haja um valor de verdade nas ciências naturais, pois elas precisam expressar de alguma maneira a realidade, que é seu objeto de estudo. No caso de Ockham, essa relação permanece garantida, ainda que os termos mentais expressem a realidade de modo indireto, como signos.

Correspondência: Júlia Rodrigues Molinari. Universidade de São Paulo – USP, Rua do Lago, 717, Vila Universitaria, CEP: 05508-080, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: juliamolinari@hotmail.com

Conflito de interesses: Nenhum.

Todos os autores leram e aprovam a versão final submetida a revista Em curso.



Bibliografia

- GUILLAUME D’OCKHAM, *Intuition et abstraction*. Intr. et trad. D. Piché. Paris, Vrin, 2005.
- GUILHERME DE OCKHAM, *Lógica dos termos*. [*Suma de lógica, Parte I*]. Intr. de P. Müller, trad. de F. Fleck. Porto Alegre, Edipucrs, 1999.
- GUILHERME DE OCKHAM, “Questão I do Prólogo da *Ordinatio*” in SANTOS, A. R., *Repensando a filosofia*, Porto Alegre, Edipucrs, 1997; pp. 57-117.
- BOEHNER, Ph., *Collected articles on Ockham*. Ed. E. M. Buytaert. New York, The Franciscan Institute, 1958.
- GUERIZOLI, R., “Guilherme de Ockham e os poderes causais das cognições intuitivas”, *Analytica*, Rio de Janeiro, 2013, 17, 2, pp. 181-198.
- MICHON, C., *Nominalisme. La théorie de la signification d’Occam*. Paris, Vrin, 1994.
- NASCIMENTO, C. A. R., “O caminho intermediário: alguns limites do conhecimento intelectual humano segundo Tomás de Aquino”, *Transformação*, São Paulo, 1996, 19, 1, pp. 205-210.
- OLIVEIRA, C. E., *Intuição e verdade em Guilherme de Ockham. Sobre a notícia evidente na Primeira questão do Prólogo da Ordinatio*. Mestrado em Filosofia. São Paulo, USP, 2001.
- PANACCIO, C., *Ockham on Concepts*. Aldershot, Ashgate, 2004.
- PERINI-SANTOS, E., *La théorie ockhamienne de la connaissance évidente*. Paris, Vrin, 2006.
- PERINI-SANTOS, E., “A relação entre *suppositio* e *significatio* na *Summa Logicae* de Guilherme de Ockham”, *Transformação*, São Paulo, 1996, 19, 1, pp. 195-203.
- PERINI-SANTOS, E., “A composição real da proposição mental ockhamiana”, *Analytica*, Rio de Janeiro, 2005, 9, 1, pp. 67-92.